

A macroeconomia estruturalista do desenvolvimento por trás do novo desenvolvimentismo

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Texto para ser anexado ao arquivo do livro
Globalização e Competição no site do autor.
São Paulo, 11.6.2010.

O livro *Globalização e Competição* focaliza os países de renda média num quadro de globalização. Sua tese mais geral é a de que nesse quadro a competição econômica entre os países se tornou acirrada, de forma que eles necessitam de uma estratégia nacional de desenvolvimento para competir com êxito e realizarem o catching up. Rejeita a estratégia sugeridas pelos concorrentes ricos – o consenso de Washington ou ortodoxia convencional – e propõe em seu lugar a estratégia que denomina novo desenvolvimentismo.

Para formular o novo desenvolvimentismo baseei-me na experiência bem sucedida bem sucedida do Brasil entre 1930 e 1980, quando se desenvolveu no quadro do nacional-desenvolvimentismo, mas perdeu impulso a partir de então, e na experiência dos países asiáticos dinâmicos que continuaram a se desenvolver de forma acelerada depois de 1980. Esta estratégia está baseada em (1) responsabilidade fiscal, (2) responsabilidade cambial e crescimento com poupança interna, (3) meta não apenas de inflação mas também de taxa de câmbio, (4) taxa de salários crescendo com a produtividade, e (5) papel estratégico para o Estado na indução do desenvolvimento econômico. Apenas em relação ao primeiro item há uma razoável semelhança entre a proposta novo desenvolvimentista e o consenso de Washington. Nos demais pontos, as diferenças são grandes. O consenso de Washington é irresponsável do ponto de vista cambial ao defender crescimento com déficits em conta corrente ou poupança externa; adota apenas a meta de inflação, deixando sem meta a taxa de câmbio; não tem política de salários; e não atribui papel estratégico ao Estado no desenvolvimento.

Como justifico essa proposta, ou, em outros termos, qual a teoria econômica que está presente em *Globalização e Competição*? No livro não dou um nome para ela, depois de publicado, concluí que nele está esboçada uma macroeconomia estruturalista do desenvolvimento. Os seguintes pontos definem essa macroeconomia:

1. O desenvolvimento econômico depende essencialmente da taxa de investimento.
2. Nos países de renda média os fatores do lado da oferta como poupança, educação, desenvolvimento tecnológico, boas instituições e boa infraestrutura são importantes para o desenvolvimento econômico, mas o lado da demanda é aquele que é realmente estratégico.
3. A taxa de investimento não depende da existência de poupança prévia, mas de um Estado financeiramente saudável que invista, e, principalmente, da existência de empresários, de crédito, e de oportunidades de investimentos lucrativos, já que os investimentos do Estado serão sempre subsidiários.
4. Um Estado financeiramente saudável e capaz de investir é um Estado que mantém a dívida pública em um nível prudente (cerca de um terço do PIB) e que administra suas contas de forma que o resultado fiscal seja compatível com a estabilidade desse endividamento.
5. As oportunidades de investimentos lucrativos, por sua vez, dependem da taxa de lucro esperada e da taxa de juros ou do custo do capital.
6. A taxa esperada de lucro depende da existência de demanda interna e de demanda externa.

7. A demanda interna depende, principalmente, de que os salários cresçam aproximadamente à mesma taxa da produtividade.
8. A demanda externa depende menos da prosperidade do resto do mundo e mais de uma taxa de câmbio competitiva ou equilibrada que torne essa demanda externa disponível para empresas que utilizem tecnologia no estado da arte mundial.
9. Uma taxa de câmbio competitiva é aquela que torna economicamente viáveis as empresas produtoras de bem comercializáveis internacionalmente que usam tecnologia mundial de ponta;
10. Duas tendências estruturais causam demanda agregada insuficiente nos países em desenvolvimento: a tendência dos salários crescerem a uma taxa menor que a da produtividade rebaixa a demanda interna, e a tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio torna a demanda externa indisponível para as empresas nacionais utilizando tecnologia no estado da arte mundial.
11. A tendência dos salários crescerem a uma taxa menor que a da produtividade é causada pela existência de oferta de mão-de-obra ilimitada.
12. A tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio significa que, deixada sem administração e sem meta, a taxa de câmbio não é controlada pelo mercado mas por crises cíclicas de balanço de pagamentos: durante o *sudden stop* a taxa de câmbio se deprecia violentamente para, em seguida, se apreciar gradualmente, levar o país ao endividamento externo, e, afinal, quando os credores perdem a confiança, à crise.
13. A tendência à sobreapreciação cíclica da taxa de câmbio é consequência de dois fatores estruturais que se somam: a doença holandesa e o fato de

que taxas de lucro e de juros mais elevadas nos países em desenvolvimento atraem capitais externos.

14. A doença holandesa é uma sobreapreciação permanente da taxa de câmbio derivada de commodities que se beneficiam de recursos naturais abundantes e baratos cuja exportação é compatível com uma taxa de câmbio de “equilíbrio corrente” mais apreciada do que a taxa de câmbio de “equilíbrio industrial” (aquela que torna viáveis as empresas que usam tecnologia de ponta), desta maneira inviabilizando os demais setores econômicos produtores de bens e serviços comercializáveis;
15. A atração de capitais externos devido a taxas de lucro e de juros mais elevadas é agravada por políticas geralmente adotadas nos países em desenvolvimento: a política de crescimento com poupança externa (déficits em conta corrente), a tese do “aprofundamento do capital” que implica em elevação da taxa de juros interna, a política de âncora cambial ou de dolarização para combater a inflação, o modelo dos “dois hiatos” que implica em financiamento externo, e a prática de “populismo cambial” – que deve ser neutralizada para que o país possa *catching up*;
16. Ao invés de promover o aumento da taxa de investimento e de poupança, a poupança externa ou déficit em conta corrente geralmente causa o aumento da dívida externa do país em moedas fortes, e o aumento do consumo na medida em que uma alta propensão marginal a consumir provoca uma elevada taxa de substituição da poupança interna pela externa.
17. As crises financeiras nos países em desenvolvimento são normalmente crises de balanço de pagamentos caracterizadas pela súbita suspensão da rolagem da dívida externa por credores externos em consequência da política de crescimento com poupança externa.
18. As políticas econômicas que constituem o novo desenvolvimentismo são políticas que neutralizam essas duas tendências.